

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 011/2024
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 004/2024

OBJETO: CONTRATAÇÃO DO ARTISTA “PEDRO BISMARCK” PARA APRESENTAÇÃO DE ESPETÁCULO ARTÍSTICO DO PERSONAGEM “NERSO DA CAPITINGA” A SER REALIZADO NO DIA 1º DE SETEMBRO 2024, NO TEATRO MUNICIPAL PROFESSOR ARNO IGNÁCIO ETGES.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: A presente Inexigibilidade encontra fundamento no inciso II, do artigo 74, da Lei n. 14.133/2021, onde consta:

“Art. 74. É inexigível a licitação quando inviável a competição, em especial nos casos de:

[...]

II - contratação de profissional do setor artístico, diretamente ou por meio de empresário exclusivo, desde que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública;

São Lourenço do Oeste - SC, data constante na assinatura digital.

Comissão de Contratação

Winissius Segatto
Presidente

Dieiton Keoma Ribeiro
Secretário

Cesar Augusto Cenci
Auxiliar Direto



OBJETO: CONTRATAÇÃO DO ARTISTA “PEDRO BISMARCK” PARA APRESENTAÇÃO DE ESPETÁCULO ARTÍSTICO DO PERSONAGEM “NERSO DA CAPITINGA” A SER REALIZADO NO DIA 1º DE SETEMBRO 2024, NO TEATRO MUNICIPAL PROFESSOR ARNO IGNÁCIO ETGES.

CONTRATANTE: INSTITUTO CULTURAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE – SC

CNPJ: 08.806.043/0001-70

ENDEREÇO: Via Parque, S/N - Pavimento Inferior, Anexo ao Centro de Eventos, Bairro Cruzeiro, São Lourenço do Oeste – SC.

CONTRATADA: SMILES PRODUÇÕES ARTÍSTICAS EIRELI

CNPJ: 26.559.512/0001-86

ENDEREÇO: Rua Valdir Martins, nº 345, Bairro Cascatinha, Juiz de Fora - MG.

RAZÃO DA ESCOLHA: O artista Ademilson Pedro da Cruz, pseudônimo Pedro Bismarck, que da vida ao personagem “Nerso da Capitinga” iniciou a vida teatral em 1983 atuando na peça “Dr. Getúlio, Sua Vida e Sua Glória” com o Grupo Divulgação. No ano seguinte integra um quadro de humor no espetáculo “Caravana Café Concerto, um Delírio” dirigida por Robson Terra e posteriormente com o espetáculo O Melhor de Pedro Bis. Contando com sucesso regional foi convidado por Chico Anísio para participar da Escolinha do Professor Raimundo, onde criou seu personagem que viria a ser mais conhecido, o “Nerso da Capitinga”. Dentre os destaques de atuação do artista, estão a já citada Escolinha do Professor Raimundo, da Globo (1990-94; 2019); A Praça é Nossa do SBT (1993), e o Zorra Total, também da Globo (1999-2001). Para além desses programas como “Nerso da Capetinga”, deu vida a outras personagens na TV nos programas Estados Anysios de Chico City (1991); Você Decide (1998); Brava Gente (2001); Dança dos Famosos (2006); Vídeo Show (2013-2016); Treme Treme (2016). No cinema atuou em Menino Maluquinho 2 - A Aventura (1998); O Roubo (1999), e; Amélia (2000); No Teatro atuou nos espetáculos “Neversário do Nerso” (2004) e Bobeira Pega (2009). Atualmente encontra-se em cartaz com o espetáculo “Nerso 30 Anos de Riso”. Considerando a importância que o artista em questão teve para a popularização das artes cênicas no país, bem como o reconhecimento popular e trajetória do artista, consideramos válida a proposição de contratação do artista em questão pela empresa que o representa.

JUSTIFICATIVA DO PREÇO: De acordo com tomada prévia de preços o valor da contratação será de R\$ 35.000,00 (trinta e cinco mil reais), com todas as despesas de deslocamentos, hospedagem, alimentação, equipe de apoio camarins e impostos inclusos, sendo este valor correspondente ao praticado no mercado e nas apresentações similares realizadas pela profissional, conforme se verifica nas Notas Fiscais em anexo.

VALOR PREVISTO:

Item	DESCRIÇÃO	Valor Total
01	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA REALIZAÇÃO DE AÇÕES ARTÍSTICAS E APRESENTAÇÃO EM SESSÃO ÚNICA NA ABERTURA DA 11ª SEMANA DO TEATRO COM O ESPETÁCULO “NERSO, 30 ANOS DE RISO”, SENDO ESTA REALIZADA NO DIA 1º DE SETEMBRO DE 2024, NO TEATRO MUNICIPAL PROFESSOR ARNO IGNÁCIO ETGES. É RESPONSABILIDADE DA EMPRESA CONTRATADA: • APRESENTAÇÃO DO ESPETÁCULO NERSO, 30 ANOS DE RISO, EM SESSÃO ÚNICA NA ABERTURA DA 11ª SEMANA DE TEATRO DO INSTITUTO CULTURAL NO DIA 01 DE SETEMBRO DE 2024. RESPONSABILIZAR-SE COM AS QUESTÕES DE DIREITOS AUTORAIS ACERCA DO TEXTO; • ARCAR COM TODAS AS DESPESAS DE DESLOCAMENTOS, HOSPEDAGEM, ALIMENTAÇÃO, EQUIPE DE APOIO, CAMARINS E IMPOSTOS. • EMITIR NF COM RECOLHIMENTO DE ISS NO MUNICÍPIO DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS.	R\$ 35.000,00

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 011/2024
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 004/2024

VALOR DA CONTRATAÇÃO: Pela prestação dos serviços previstos acima o valor total estimado do contrato é de **R\$ 35.000,00 (trinta e cinco mil reais)**.

CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO E DOS PRAZOS: A realização do show acontecerá no dia 1º de setembro de 2024, com início às 20h00min, e duração de no mínimo 1h00min, sendo que em caso de duração maior, do que aqui expresso, não acarretará ônus ao Contratante, o local que se realizará o show no Teatro Municipal Professor Arno Ignácio Etges. O horário previsto para início da apresentação deverá ser cumprido com pontualidade por parte da Contratada.

O horário de início da apresentação poderá sofrer alterações, conforme a necessidade no dia do evento.

FORMA DE PAGAMENTO: O valor pactuado de **R\$ 35.000,00 (trinta e cinco mil reais)**, será pago de acordo com a ordem cronológica do exercício 2024 estabelecida pelo Decreto nº 8.301, de 20 de novembro de 2023, que poderá ser de no máximo trinta dias, acompanhada da respectiva nota fiscal, cujo documento deverá conter todas as especificações.

O município de São Lourenço do Oeste se reserva no direito de efetuar o pagamento, tão somente da quantidade de serviços efetivamente executados e atestados pela fiscalização desta Municipalidade. Nos pagamentos serão retidos os valores devidos ao Município, conforme a legislação vigente. Eventuais atrasos nos pagamentos a serem efetuados pelo município de São Lourenço do Oeste serão remunerados a título de atualização monetária, aplicando-se o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA.

DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: A despesa decorrente da presente inexigibilidade será custeada através de recursos próprios do município de São Lourenço do Oeste, por conta do orçamento do exercício financeiro de 2024, conforme a seguinte rubrica orçamentária:

D - 2/2024 - 17.001.13.392.4516.2.031.3.3.90.00.00.00.1.500.0000.0000 - Manutenção do Instituto Cultural de São Lourenço - Instituto Cultural de São Lourenço.

DA VIGÊNCIA: A vigência deste instrumento será de 60 (sessenta) dias a partir da assinatura.

São Lourenço do Oeste - SC, data constante na assinatura digital.

Comissão de Contratação

Winissius Segatto
Presidente

Dieiton Keoma Ribeiro
Secretário

Cesar Augusto Cenci
Auxiliar Direto



ANEXO II
MINUTA DE CONTRATO

O **Instituto Cultural de São Lourenço do Oeste**, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ nº 08.806.043/0001-70, com sede na Via Parque, S/N - Pavimento Inferior, Anexo ao Centro de Eventos, Bairro Cruzeiro, São Lourenço do Oeste – SC, representado pelo Presidente, o Sr. **Everton Luiz Lovera**, residente e domiciliado em São Lourenço do Oeste/SC, denominado simplesmente CONTRATANTE, e a empresa **SMILES PRODUÇÕES ARTÍSTICAS EIRELI**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 26.559.512/0001-86, situada Rua Valdir Martins, nº 345, Bairro Cascatinha, Juiz de Fora - MG, neste ato representado por **Patricia Salgado Evangelista**, inscrito no CPF/MF sob o nº 975.399.456-72 e portador da carteira de identidade nº MG 8.203.481, expedida pela SSP-MG, denominado simplesmente CONTRATADO, em decorrência do Processo nº **011/2024, Modalidade Inexigibilidade nº 004/2024**, e em conformidade com o art. 74, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021, mediante sujeição mútua às seguintes cláusulas contratuais:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 - O presente contrato tem por objeto a **CONTRATAÇÃO DO ARTISTA “PEDRO BISMARCK” PARA APRESENTAÇÃO DE ESPETÁCULO ARTÍSTICO DO PERSONAGEM “NERSO DA CAPITINGA” A SER REALIZADO NO DIA 1º DE SETEMBRO 2024, NO TEATRO MUNICIPAL PROFESSOR ARNO IGNÁCIO ETGES**, conforme especificações e quantitativos estabelecidos no Termo de Referência, anexo do Edital.

1.2. As despesas que venham a ocorrer oriundas da prestação dos serviços, tais como; deslocamentos, hospedagem, alimentação, camarins, equipe de apoio, seguros, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários decorrentes da prestação e relativamente aos seus prepostos e empregados, ocorrerão por conta da contratada.

1.3. Este Termo de Contrato vincula-se a inexigibilidade, identificada no preâmbulo e à proposta, independentemente de transcrição.

1.4. Discriminação do objeto:

Item	DESCRIÇÃO	Valor Total
01	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA REALIZAÇÃO DE AÇÕES ARTÍSTICAS E APRESENTAÇÃO EM SESSÃO ÚNICA NA ABERTURA DA 11ª SEMANA DO TEATRO COM O ESPETÁCULO “NERSO, 30 ANOS DE RISO”, SENDO ESTA REALIZADA NO DIA 1º DE SETEMBRO DE 2024, NO TEATRO MUNICIPAL PROFESSOR ARNO IGNÁCIO ETGES. É RESPONSABILIDADE DA EMPRESA CONTRATADA: • APRESENTAÇÃO DO ESPETÁCULO NERSO, 30 ANOS DE RISO, EM SESSÃO ÚNICA NA ABERTURA DA 11ª SEMANA DE TEATRO DO INSTITUTO CULTURAL NO DIA 01 DE SETEMBRO DE 2024. RESPONSABILIZAR-SE COM AS QUESTÕES DE DIREITOS AUTORAIS ACERCA DO TEXTO; • ARCAR COM TODAS AS DESPESAS DE DESLOCAMENTOS, HOSPEDAGEM, ALIMENTAÇÃO, EQUIPE DE APOIO, CAMARINS E IMPOSTOS. • EMITIR NF COM RECOLHIMENTO DE ISS NO MUNICÍPIO DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS.	R\$ 35.000,00

CLÁUSULA SEGUNDA - VIGÊNCIA

2.1. O prazo de vigência deste Termo de Contrato será de 90 (noventa) dias, com início na data da assinatura, podendo ser considerado encerrado com o integral cumprimento das obrigações pelas Partes caso ocorram antes da data prevista para o seu encerramento. Eventual necessidade de prorrogação, decorrente de acordo entre as partes, será formalizado o respectivo Aditivo contratual.

CLÁUSULA TERCEIRA - PREÇO

3.1. A CONTRATANTE pagará a CONTRATADA, pelos serviços artísticos previstos neste contrato, em moeda corrente nacional, a quantia de **R\$ 35.000,00 (trinta e cinco mil reais)**, descontando os encargos tributários e previdenciários de acordo com a legislação vigente.

3.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução contratual, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

CLÁUSULA QUARTA - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA.

4.1. As despesas decorrentes da presente inexigibilidade serão custeadas através de recursos próprios do Município, por conta do orçamento do exercício financeiro de 2024, com a seguinte rubrica orçamentária:

D - 2/2024 - 17.001.13.392.4516.2.031.3.3.90.00.00.00.1.500.0000.0000 - Manutenção do Instituto Cultural de São Lourenço - Instituto Cultural de São Lourenço.

CLÁUSULA QUINTA - PAGAMENTO E CRITÉRIOS DE ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA.

5.1. O valor pactuado de **R\$ 35.000,00 (trinta e cinco mil reais)**, será pago de acordo com a ordem cronológica do exercício 2024 estabelecida pelo Decreto nº 8.301, de 20 de novembro de 2023, que poderá ser de no máximo trinta dias, acompanhada da respectiva nota fiscal, cujo documento deverá conter todas as especificações.

5.2. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura no momento em que o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.

5.3. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 Lei nº 14.133/2021.

5.4. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

5.5. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

5.6. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada de forma on-line consulta aos sítios eletrônicos oficiais para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

5.7. Constatando-se a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua

notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

5.8. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta on-line mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

5.9. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

5.10. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

5.11. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação de habilitação.

5.12. Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.

5.13. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

5.14. Eventuais atrasos nos pagamentos a serem efetuados pelo Município serão remunerados a título de atualização monetária, aplicando-se o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA.

CLÁUSULA SEXTA - REAJUSTE.

6.1. Os preços contratados poderão sofrer reajuste, após requerimento fundamentado, aplicando-se o índice IPCA, cuja data-base está vinculada à data do orçamento estimado, nos termos do art. 25, §7º da Lei nº 14.133/2021.

6.2. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

6.3. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgada o índice definitivo. Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

6.4. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

6.5. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

CLÁUSULA SÉTIMA - REPACTUAÇÃO E REEQUILÍBRIO.

7.1. O prazo para resposta ao pedido do Contratado de repactuação de preços será de 30 (trinta) dias úteis.

7.2. O prazo para resposta ao pedido do Contratado de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro do contrato de preços será de 30 (trinta) dias úteis.

CLÁUSULA OITAVA - GARANTIA DE EXECUÇÃO.

8.1. Não haverá exigência de garantia de execução para a presente contratação.

CLÁUSULA NONA - ENTREGA E RECEBIMENTO DO OBJETO.

9.1. A realização do show acontecerá no dia 1º de setembro de 2024, com início às 20h00min, e duração de no mínimo 1h00min, sendo que em caso de duração maior, do que aqui expresso, não acarretará ônus ao Contratante. O horário previsto para início da apresentação deverá ser cumprido com pontualidade por parte da Contratada.

9.2. O horário de início da prestação dos serviços poderá sofrer alterações, conforme a necessidade no dia do evento, desde que previamente ajustado com a CONTRATADA.

9.3. Os serviços deverão ser prestados no centro Teatro Municipais Professor Arno Ignácio Etges.

CLÁUSULA DÉCIMA - FISCALIZAÇÃO.

10.1. Fica designado como fiscal técnico deste Contrato o Servidor **XXXXXXXXXXXX**, para exercer ampla, irrestrita e permanente fiscalização tendo o dever de acompanhar a execução deste Contrato, conforme disposto no artigo 117 da Lei 14.133/2021, em especial quanto as obrigações contratadas e as executadas (modo, forma e tempo), e na adoção das providências que se fizerem necessárias para o perfeito cumprimento dessas obrigações, anotando em registro próprias falhas detectadas, notificando a Contratada para que adote as medidas corretivas necessárias e comunicando à Autoridade Superior as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte da Contratada.

10.2. Poderá o Município por intermédio do Fiscal deste Contrato rejeitar, no todo ou em parte, o que for executado em desacordo com as obrigações assumidas neste Contrato.

10.3. A fiscalização de todas as fases da execução deste Contrato, não exime a obrigação da Contratada de fiscalizar seus responsáveis técnicos, empregados, prepostos ou subordinados.

10.4. Fica designado como gestor deste Contrato o Servidor **XXXXXXXXXXXX**, para exercer ampla, irrestrita e permanente gestão tendo o dever de acompanhar a execução deste Contrato, conforme disposto no artigo 13 decreto municipal nº 7.978, de 24 de março de 2023.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA.

11.1. CONSTITUEM OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE, ALÉM DAS DEMAIS ESTIPULADAS PELO PRESENTE CONTRATO:

a) Providenciar todos os **ALVARÁS, SEGUROS e AUTORIZAÇÕES** necessárias à realização do evento atendendo às regulamentações do âmbito Municipal, Estadual e Federal, responsabilizando-se pelo recolhimento de taxas e impostos necessários, mesmo aqueles que possam ter sido criados entre a data da assinatura deste instrumento e a data da realização do evento.

b) Serão permitidas filmagens.

c) Fornecer no local do evento, **SEGURANÇAS, SONORIZAÇÃO, ILUMINAÇÃO, e PALCO** montado.

d) Realizar o pagamento conforme cláusula quinta.

11.2. **CONSTITUEM OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:**

- a) Comparecer e apresentar o espetáculo público promovido pela **CONTRATANTE**, no dia na hora e local estabelecido neste Contrato, fazendo-se acompanhar da respectiva **EQUIPE TÉCNICA**, para oferecer durante o período 1h00min, sendo que em caso de duração maior por mera liberalidade do ARTISTA, do que aqui expresso, não acarretará ônus ao Contratante, uma apresentação artística, uma vez satisfeita todas as condições aqui preestabelecidas.
- b) Respeitar e cumprir todas as obrigações convencionadas neste instrumento contratual, colaborando em tudo que se fizer necessário para que a **CONTRATANTE** alcance os objetivos propostos, com pleno sucesso do evento programado.
- c) Comunicar previamente, com antecedência mínima de **20 (vinte) dias** qualquer fato ou causa impeditiva ou que obste o comparecimento e a participação no evento, adotando providências imediatas para suprir este comparecimento, se possível.
- d) Assumir responsabilidade pela execução do objeto, bem como por quaisquer danos decorrentes de sua execução, causados a esta Autarquia ou a terceiros.
- e) Cumprir todas as exigências do município de São Lourenço do Oeste, de maneira a atender as necessidades relacionadas à prestação de serviços.
- f) Manter, durante toda a execução deste Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no processo licitatório em epígrafe, sob pena de rescisão deste Contrato por não cumprimento do mesmo.
- g) Cumprir o disposto no inciso XXXIII, do Artigo 7º, da Constituição Federal, de acordo com o previsto no inciso VI, do Artigo 68, da Lei n. 14.133/2021;
- h) Será de sua responsabilidade as obrigações trabalhistas decorrentes da execução do presente Contrato, inclusas as sociais, bem como todas as tributárias e acessórias decorrentes do cumprimento deste Contrato.
- i) Fornecer as devidas notas fiscais.
- j) Repassar ao Contratante os direitos de uso de imagem de sua participação como jurado em São Lourenço do Oeste visando produção de materiais de mídia para divulgação das ações desenvolvidas pelo Instituto Cultural de São Lourenço do Oeste - SC.

11.3. **DAS CONDIÇÕES GERAIS:**

- a) Fica ressaltado, que as únicas obrigações da **CONTRATADA** para com o **CONTRATANTE** são as que se referem a sua apresentação no evento dentro das condições convencionadas neste contrato, sendo que não poderão ser assumidos quaisquer outros compromissos como passeio, jantares, sessão de fotos, não podendo ainda ser o espetáculo utilizado para finalidades políticas ou religiosas;
- b) Ocorrendo o inadimplemento de quaisquer das cláusulas deste contrato por qualquer uma das partes, fica estipulada uma multa contratual de valor equivalente a **5% (cinco por cento)** do preço estabelecido no contrato, que deverá ser paga a parte prejudicada.
- c) No caso da não apresentação pela ausência da profissional, em virtude de casos fortuitos e alheios a sua vontade, tais como, mas não limitado a enfermidades, acidente, impossibilidade de acesso ao local de evento, inclusive por falta de condições atmosféricas que permitam o pouso e/ ou decolagem de aeronaves, falha mecânica de veículos de transporte da equipe e/ou equipamentos, catástrofes de qualquer natureza, risco de contágio, adotando-se como solução para a hipótese, tolerância de até 60 (sessenta minutos) após o horário demarcado para início da apresentação e, após esse prazo, a designação de nova data para a realização da apresentação, de acordo com a disponibilidade da agenda da profissional, isentadas, desde já, ambas as partes de qualquer de qualquer pena ou multa contratual;

d) Em sendo necessária a designação de nova data para a apresentação, nos moldes da disposição acima, essa deve ocorrer dentro do prazo de 30 (trinta) dias, sendo o show realizado dentro do prazo de 1 (um) ano, a contar da data do primeiramente firmado. Após o período de 1 (um) ano, não tendo sido realizado a apresentação, o valor total deverá ser devolvido ao município, devidamente corrigido, sendo cabíveis, ainda, as devidas penalidades dispostas neste instrumento.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 14.133/2021, a Contratada que:

12.1.1. Der causa à inexecução parcial ou total do contrato;

12.1.2. Deixar de entregar os documentos exigidos no certame;

12.1.3. Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

12.1.4. Não assinar o termo de contrato ou aceitar/retirar o instrumento equivalente, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;

12.1.5. Ensejar o retardamento da execução ou entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

12.1.6. Apresentar declaração ou documentação falsa;

12.1.7. Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

12.1.8. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

12.1.9. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

12.1.10. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846/2013.

12.2. O licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

a) Advertência por escrito, por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante;

b) Multa pelo não fornecimento do objeto do Contrato, total ou parcialmente, em valor equivalente a 20% (vinte por cento) do valor do Contrato;

c) Impedimento de licitar e contratar;

d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

12.3. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

12.4. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133/2021, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

12.5. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor do município de São Lourenço do Oeste, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa e cobrados judicialmente.

12.5.1. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

12.6. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos comprovadamente causados pela conduta do licitante, o Município poderá cobrar o valor

RUA DUQUE DE CAXIAS, 789 – CENTRO - Fone - (49) 3344-8500 – Fax (49) 3344-8560

89.990-000 - SÃO LOURENÇO DO OESTE – SANTA CATARINA

CNPJ – 83.021.873/0001-08 – www.saolourenco.sc.gov.br

remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

12.7. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a natureza e a gravidade da conduta do infrator, as peculiaridades do caso concreto, as circunstâncias agravantes ou atenuantes e o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

12.8. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846/2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.

12.9. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846/2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.
O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

12.10. As penalidades serão obrigatoriamente publicadas no órgão Oficial de Imprensa do Município.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - EXTINÇÃO

13.1. O presente termo de contrato poderá ser extinto:

13.1.1. Por ato unilateral e escrito da Administração, nas situações previstas no inciso I do art. 138 da Lei nº 14.133/2021, e com as consequências indicadas no art. 139 da mesma Lei, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no Termo de Referência, anexo ao Edital;

13.1.2. Amigavelmente, nos termos do art. 138, inciso II, da Lei nº 14.133/2021.

13.2. A extinção contratual deverá ser formalmente motivada nos autos de processo administrativo assegurado à CONTRATADA o direito à prévia e ampla defesa, verificada a ocorrência de um dos motivos previstos no art. 137 da Lei nº 14.133/2021.

13.3. A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista no art. 115 da Lei nº 14.133/2021.

13.4. O termo de rescisão será precedido de relatório indicativo dos seguintes aspectos, conforme o caso:

13.4.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

13.4.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

13.4.3. Indenizações e multas.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - VEDAÇÕES

14.1. É vedado à contratada:

14.1.1. Caucionar ou utilizar este Termo de Contrato para qualquer operação financeira;

14.1.2. Interromper a execução contratual sob alegação de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.



CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - ALTERAÇÕES

15.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 124 da Lei nº 14.133/2021.

15.2. A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

15.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DOS CASOS OMISSOS

16.1. Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133/2021 e demais normas de licitações e contratos administrativos e, subsidiariamente, segundo as normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - PUBLICAÇÃO

17.1. Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no Diário Oficial, de acordo com o previsto na Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DO USO DE IMAGEM

18.1. A CONTRATADA, por meio do presente instrumento, autoriza à CONTRATANTE a fazer o uso de imagem e nome da ARTISTA no crédito da apresentação, cartazes, impressos, programas e chamadas comerciais em emissoras de rádio e televisão, até a realização do show, objeto do presente contrato, única e exclusivamente para sua divulgação.

18.2. Fica estabelecido que qualquer divulgação usando a imagem, nome ou som de voz da Artista só poderão ser veiculadas, única e exclusivamente, de acordo com as regras e termos descritos neste instrumento, sob pena de incidir indenização por perdas e danos em razão do uso indevido de imagem, sem prejuízo das demais penalidades previstas em lei e neste Contrato.

18.3. Após o encerramento a prestação dos serviços objeto deste Contrato, fica vedado à CONTRATANTE a veiculação de material contendo a imagem, nome ou som de voz da ARTISTA em violação aos termos deste Contrato, sob pena de incidir indenização por perdas e danos em razão do uso indevido de imagem, sem prejuízo das demais penalidades previstas neste contrato e em Lei.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DA FRAUDE E ANTICORRUPÇÃO

19.1. As Partes declaram neste ato que estão cientes e conhecem os termos da lei anticorrupção (12.846/13) e demais congêneres, comprometendo-se a abster-se de quaisquer atividades que caracterizem “conduta ilegal” tipificada nas legislações aplicáveis.

19.2. Para a execução deste Contrato, nenhuma das Partes seja através dos seus diretores, empregados, agentes ou sócios agindo em seu nome poderá oferecer, pagar, dar ou autorizar o pagamento a quem quer que seja, ou aceitar direta ou indiretamente de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto através de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou não financeiras e ainda benefícios de qualquer espécie que constituam prática ilegal ou de corrupção, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto deste contrato, devendo garantir, ainda, que seus prepostos, colaboradores e terceirizados ajam da mesma forma.

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 011/2024
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 004/2024

19.3. A prática de qualquer “conduta ilegal” prevista na lei nº 12.846/13 ou nas demais normas congêneres, em qualquer um dos seus aspectos, ensejará a rescisão motivada imediata do presente Instrumento, mediante notificação, sem prejuízo das demais penalidades previstas neste Contrato.

19.4. As Partes acordam, declaram e garantem que não ofereceram, prometeram, pagaram, autorizaram ou deram, direta ou indiretamente, assim como no futuro não oferecerão, prometerão, pagarão, autorizarão ou darão, direta ou indiretamente, dinheiro ou qualquer outro objeto de valor a qualquer funcionário governamental ou similar, ou candidato a cargo político com o objetivo de:

- a) Influenciar qualquer ato ou decisão de tal agente público, candidato ou partido;
- b) Induzir o agente público, candidato ou partido a realizar ou deixar de realizar um ato em violação a um dever legal;
- c) Garantir qualquer vantagem imprópria; ou,
- d) Induzir o agente público, candidato ou partido a influenciar o ato ou decisão de um governo ou instrumentalidade governamental para obter ou manter um negócio, ou direcionar um negócio para qualquer pessoa física ou jurídica, com qualquer relação com este contrato.

19.5. Na hipótese de uma das Partes violar esta disposição ou qualquer uma das leis anticorrupção aplicáveis, a outra Parte terá o direito de rescindir este contrato unilateralmente e tomar outras medidas apropriadas.

CLÁUSULA VIGÉSIMA - FORO

20. É eleito o Foro da Comarca de São Lourenço do Oeste, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não possam ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º da Lei nº 14.133/2021.

E assim, por estarem justos e acordados, assinam o presente instrumento de forma eletrônica, nos termos do art. 91, §3º, da Lei nº 14.133/21, Lei Federal nº 14.063, de 23 de setembro de 2020, Lei Municipal nº 2.389, de 21 de março de 2018 e Decreto Municipal nº 7.554/2022, de 06 de maio de 2022, junto com 02 (duas) testemunhas abaixo nominadas.

São Lourenço do Oeste - SC, __ de _____ de 202__.

EVERTON LUIZ LOVERA

Presidente do ICSL

SMILES PRODUÇÕES ARTÍSTICAS EIRELI

Contratada

Testemunhas:

1) _____
Nome: Ani Carolini Pereira
Matrícula nº 3395/01

2) _____
Nome: Marcio Alves Rodrigues
Matrícula nº 1769/02



OBJETO: CONTRATAÇÃO DO ARTISTA “PEDRO BISMARCK” PARA APRESENTAÇÃO DE ESPETÁCULO ARTÍSTICO DO PERSONAGEM “NERSO DA CAPITINGA” A SER REALIZADO NO DIA 1º DE SETEMBRO 2024, NO TEATRO MUNICIPAL PROFESSOR ARNO IGNÁCIO ETGES.

ENCAMINHAMENTO

Sr. Presidente.

Encaminhamos a Vossa Senhoria, para ratificação e autorização, o **Processo Licitatório nº 011/2024**, Modalidade **Inexigibilidade de Licitação nº 004/2024**, para o qual solicitamos a possibilidade de viabilizá-lo com expedição do Termo de Ratificação do Processo.

São Lourenço do Oeste - SC, data constante na assinatura digital.

Comissão de Contratação

Winissius Segatto
Presidente

Dieiton Keoma Ribeiro
Secretário

Cesar Augusto Cenci
Auxiliar Direto



VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: 74C4-1E00-FA68-737C

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



DIEITON KEOMA RIBEIRO (CPF 070.XXX.XXX-11) em 30/07/2024 09:49:00 (GMT-03:00)

Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)



CÉSAR AUGUSTO CENCI (CPF 109.XXX.XXX-88) em 30/07/2024 09:50:36 (GMT-03:00)

Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)



WINISSIUS SEGATTO (CPF 052.XXX.XXX-98) em 30/07/2024 09:53:40 (GMT-03:00)

Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://saolourencodooeste.1doc.com.br/verificacao/74C4-1E00-FA68-737C>